

CNJ aposenta desembargadora que mantinha ‘gabinete paralelo’ para influenciar decisões

10/06/2025

A desembargadora Sandra Inês Moraes Rusciolelli, do Tribunal de Justiça da Bahia, foi aposentada compulsoriamente pelo Conselho Nacional de Justiça nesta terça-feira (10/6), durante a 3ª Sessão Extraordinária de 2025. A decisão foi tomada por unanimidade no julgamento de um processo administrativo disciplinar.

O PAD apurou indícios de que a magistrada integrava uma organização voltada à negociação e ao recebimento de vantagens financeiras indevidas, com o objetivo de proferir decisões e outros atos judiciais em benefício de partes.

Segundo o relator, conselheiro Rodrigo Badaró, a apuração do PAD revelou que Sandra permitiu a atuação de um “gabinete paralelo”, no qual eram produzidas decisões judiciais com a orientação e a influência de terceiros sem vínculo formal com a estrutura do tribunal.

“Ao permitir que seu filho tivesse acesso prévio, ingerência ou influência sobre seus atos, a magistrada violou os deveres de independência, imparcialidade e decoro, comprometendo a credibilidade do Judiciário”, afirmou Badaró.

Esta é a segunda vez que Sandra Inês recebe a pena máxima prevista na [Lei Orgânica da Magistratura Nacional](#). Em dezembro de 2024, a desembargadora já havia sido aposentada compulsoriamente pelo CNJ, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, após a confirmação da existência de um esquema de “rachadinha” no qual ela exigia parte da remuneração de servidores nomeados em seu gabinete.

Os conselheiros João Paulo Schoucair e José Rotondano se declararam impedidos e não participaram do julgamento. *Com informações da assessoria de imprensa do CNJ.*

PAD 0005352-94.2022.2.00.0000

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-jun-10/cnj-aposenta-desembargadora-que-mantinha-gabinete-paralelo-para-influenciar-decisoes/>

Agência Brasil



Por unanimidade, CNJ decidiu pela aposentadoria compulsória da magistrada